



ID: 45557812

09-01-2013

Atual 1 Trabalho

**5** propostas em debate

► A proposta de lei que estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de férias e de Natal em duodécimos durante este ano, que a Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho debate hoje, é votada em plenário na sexta-feira. Sendo aprovada, o Presidente da República terá depois 20 dias para a promulgar (contados a partir da data da sua receção em Belém).

**1** GOVERNO PROPÕE DUODÉCIMOS

► A proposta de lei do Governo propõe que os trabalhadores recebam metade dos subsídios de férias e de Natal nas datas habituais, sendo os restantes 50% pagos em duodécimos ao longo do ano. Salvo acordos a celebrar em data posterior, o regime proposto "prevalece sobre as cláusulas" dos que já existem.

**2** PSD E CDS-PP APRESENTAM ALTERAÇÕES

► Os deputados do PSD e do CDS consideram necessário haver um acordo escrito prévio de aceitação para fracionar o pagamento dos subsídios de férias e Natal em duodécimos. Também permitem que se mantenham os casos em que exista um regime mais favorável de pagamento ou da sua antecipação.

**3** PS DEFENDE CARÁCTER OPCIONAL

► O PS aceita que os subsídios de férias e de Natal sejam pagos em duodécimos, mas rejeita o seu carácter obrigatório ou o agravar dos escalões de IRS em matéria de retenção. As empresas só devem pagar as contribuições para a Segurança Social "no momento em que pagam a totalidade dos subsídios".

**4** PCP REJEITA PROPOSTA DO GOVERNO

► O PCP e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) não apresentaram quaisquer propostas de alteração a um projeto do Governo que consideram inaceitável e, por isso, assumiram que votarão contra a proposta dos duodécimos na próxima sexta-feira.

**5** BE PRETENDE ELIMINAÇÃO DO PROJETO

► O Bloco de Esquerda não apresentará qualquer proposta alternativa à do projeto do Governo, pois contesta este pacote de medidas legislativas. No debate que antecederá a votação parlamentar de sexta-feira, os bloquistas irão defender a eliminação do articulado.

# 600 mil funcionários públicos recebem duodécimo já este mês

**Subsídios.** Atraso na divulgação das tabelas de retenção de IRS e na aplicação das regras dos duodécimos vai obrigar empresas a fazer acertos em fevereiro, exigindo maior esforço de tesouraria. Estado garante que vai pagar já este mês

LUCÍLIA TIAGO e ANA MARGARIDA PINHEIRO

Na função pública já não há dúvidas: a primeira parcela do subsídio de Natal vai ser paga aos funcionários já com o salário de janeiro, garantiu ao DN/Dinheiro Vivo o secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino. Esta medida vai abranger cerca de 600 mil pessoas e as primeiras a serem contempladas estão nas Finanças, Defesa e MNE.

A norma que prevê o fracionamento do 13.º mês no salário mensal entrou em vigor no início do ano, com o Orçamento do Estado para 2013, mas dificuldades técnicas em passar à prática esta medida levaram a que tivesse estado em aberto a possibilidade de só em fevereiro se avançar para o regime dos duodécimos. Nessa altura, tal como DN/Dinheiro Vivo já noticiou, seriam processados dois doze avos do subsídio.

Mas, confirmou ao DN/Dinheiro Vivo Hélder Rosalino, o duodécimo vai arrancar já este mês. De acordo com o calendário do pagamento dos salários na administração pública, os primeiros funcionários a receber são os que estão ligados à Presidência do Conselho de Ministros, Encargos Gerais do Estado e aos Ministérios das Finanças, Defesa, Segurança Social e Negócios Estrangeiros. Nestes casos, o processamento é no dia 20 de cada mês. Já os

ministérios da Administração Interna, Justiça e Saúde pagam os salários um dia depois, sempre a 21 de cada mês, enquanto a 22 ficam disponíveis os vencimentos do Ministério da Economia. Os últimos a receber, a 23 de cada mês, são os funcionários dos ministérios da Educação e Ciência e da Agricultura, que recebem o seu salário mensal. Não é ainda certo que as tabelas de retenção na fonte do IRS sejam publicadas também em janeiro, a tempo de serem aplicadas já sobre os salários deste mês.

O pagamento do subsídio de Natal em duodécimos abrange também as empresas públicas e irá igualmente aplicar-se aos pensionistas. No sector privado, o diploma que obriga ao pagamento dos subsídios em duodécimos está ainda para aprovação, não sendo certo que entre em vigor em tempo útil para que as empresas o apliquem já em janeiro. A lei só deverá sair para a Presidência da República no dia 15.

Este processo mereceu fortes críticas ao bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas que classificou de "absurdo" este atraso. "Estamos a ser governados por rapazes que não sabem o que estão a fazer. Criam as situações e depois não têm qualquer resposta", sublinhou Domingues de Azevedo.

E a CIP, a confederação dos patrões da indústria, também não poupa críticas. O atraso na divulgação das tabelas de retenção de IRS e na aplicação das regras dos duodécimos vai

obrigar as empresas a fazer acertos em fevereiro, exigindo um maior esforço de tesouraria às empresas, acusa Gregório Novo, dirigente da CIP.

A partir do momento em que a legislação determinar a entrega de subsídios de forma diluída por 12 meses para o privado, apenas as empresas com acordo prévio com os trabalhadores podem manter uma entrega integral.

Os trabalhadores da Autoeuropa estão entre os que preferem receber os dois subsídios no período habitual, ou seja, antes das férias e até ao dia 15 de dezembro. Mas a administração da fábrica de Palmela explica que ainda é prematuro avançar com uma decisão e lembra que só quando a lei sair é que poderá reunir-se com os funcionários. Esta é a posição da maior parte das empresas, que ainda não se querem comprometer com uma decisão. É o caso da Galp, EDP ou Portugal Telecom. O mesmo não acontece com a Martifer. "Está tudo preparado para o fracionamento dos subsídios. "Vamos propor a diluição aos trabalhadores."

**DOIS CASOS**

**Autoeuropa com subsídio por inteiro**

► Na Autoeuropa, os trabalhadores já fizeram saber que preferem receber os subsídios por inteiro. A entrega concentrada nos meses de férias e Natal "permite enfrentar momentos de maior despesas", explica António Chora, da Comissão de Trabalhadores. "A empresa ainda está à espera que a lei saia, mas a nossa pretenção foi aceite. Só não sabemos se irão fazer uma sondagem caso a caso ou se seguirão a vontade da maioria", detalhou. A administração, no entanto, explica que ainda é prematuro avançar com uma decisão.

**Endesa Portugal já paga a 12 meses**

► Na Endesa não se aguarda a promulgação da lei que irá definir a entrega parcelada dos subsídios de férias e Natal: os trabalhadores já recebem os subsídios de forma diluída. Nuno Ribeiro da Silva não compreende os que criticam a diluição e lembra que, no final do ano, os trabalhadores ganham o mesmo. "Têm é de fazer uma gestão mais controlada. Este pagamento parece-me muito mais adequado e razoável e permite uma programação regular dos encargos com a massa salarial", defende o presidente da Endesa Portugal.

